ESCOLA DE ENSINO SUPERIOR ABERTA DO BRASIL

ESAB

EDUCAÇÃO E APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

DANIELA VIEIRA DOS SANTOS BOA

Vila Velha

2019

DANIELA VIEIRA DOS SANTOS BOA

EDUCAÇÃO E APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Artigo científico apresentado à Escola Superior Aberta do Brasil-ESAB como requisito para obtenção do titulo de licenciatura em Pedagogia

Orientador (a): Prof. Vasti Gonçalves de Paula Correia**.**

Vila Velha

2019

EDUCAÇÃO E APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DA EDUCAÇAO INFANTIL

Daniela Vieira dos Santos Boa

Graduanda em Pedagogia-ESAB

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar os elementos que constituem a estrutura de um artigo cientifico, acerca da educação e aprendizagem no contexto da educação infantil. Portanto, é abordada a problemática de que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica e por isso se torna importante alientar sobre a relevância do desenvolvimento integral da criança no aspecto físico, psicológico, intelectual e social. A metodologia utilizada nesse artigo é a pesquisa bibliográfica, dentre os autores: Vigotsky, Aries, Huinzinga. Serão citados também a LDB e RCNEI e o BNCC. Dentre os resultados viu-se que o professor exerce um papel importante nesse processo e precisa contribuir com práticas significativas, entendendo que é direito da criança ter um desenvolvimento pleno durante a educação infantil e básica, para isso o mesmo necessita compreender a eficácia desse papel que exerce como um mediador, entre o educador e a criança existe um processo interativo que deve ser bem trabalhado por meio da ludicidade observando as leis, direitos e práxis pedagógica para assim contribuir na plenitude do ensino aprendizagem a criança respeitando as suas etapas e processos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação infantil. Ensino aprendizagem. Direito. Ludicidade.

1

[1] Daniela Vieira – Graduanda em Pedagogia ESAB – daniela_vieirak12@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A educação infantil deve formar através de um trabalho que possibilite as crianças a serem aptas para viverem na sociedade que está em mudanças contínuas na escola, as atividades são diversificadas para o exercício de uma prática que colabore para a construção de competências e habilidades que demandam no desenvolvimento da autonomia.

Nesta perspectiva, as iniciativas planejadas para o currículo tornam-se trabalhadas no espaço escolar.

Para ocorrer à aprendizagem, é preciso que ela se institua num ambiente onde a afetividade seja fundamental. Os estudos das teorias demarcaram a interação que deve ser existente entre o ambiente familiar e a escola como o segundo ambiente socializado.

É fundamental ter um quadro de profissionais aptos para a realização desse trabalho de educação e aprendizagem na educação infantil.

A educação infantil precisa ter qualidade, para cuidar das crianças que se encontram em fase de desenvolvimento nesse tempo que passam no ambiente escolar.

A fase da educação infantil é bastante rica em desenvolvimento e aprendizagem, desse modo à criança precisa envolver-se num ambiente escolar de forma a sentir-se acolhida e protegida em todos os sentidos para que o seu desenvolvimento seja total, é importante a participação da família nesse processo. Justifica-se esse trabalho através do ensino aprendizagem na educação infantil busca-se desenvolver uma melhor compreensão do ser humano e do mundo a sua volta, enriquecendo suas experiências escolares, afetivas e sociais.

Diante desse contexto é necessário que o professor compreenda o aluno enquanto sujeito do conhecimento em sua plenitude. Vale ressaltar que Piaget (1896-1980) desenvolveu uma teoria do conhecimento chamada de Epistemologia genética. Para Jean Piaget, o pleno desenvolvimento da personalidade sob os seus aspectos mais intelectuais, é inseparável do conjunto dos relacionamentos afetivos, sociais e morais que constituem a vida escolar. (PIAGET, 1994). Para ele a inteligência humana se constrói e se desenvolve em função de interações sociais, e da ação do ser humano sobre o meio em que vive.

Vale-se dizer que além das metodologias usadas deve-se prevalecer o bom senso do educador, que mediante o estabelecimento de vínculos significativos que ocorrem o processo de ensino aprendizagem, precisam ter a compreensão de como transmitir isso no contexto escolar. As crianças com um desenvolvimento integral e saudável nos primeiros anos de vida têm maior facilidade de se adaptarem a ambientes e de adquirirem novos conhecimentos, o que contribui para obter um bom desempenho ao longo da trajetória escolar.

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular), homologada pelo MEC (Ministério da Educação) em 2017, determina que a educação infantil deva assegurar seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento de todas as crianças brasileiras: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, portanto essa é uma das motivações para a execução desse trabalho, a valorização da aprendizagem no contexto da educação infantil para garantir um pleno desenvolvimento pleno e de qualidade.

Portanto, esse trabalho é justificado na necessidade da criança ser pensada de forma completa, porque na educação infantil, o sujeito precisa ser reconhecido em toda a sua potencialidade. A força da aprendizagem constrói consciência e atitudes eficazes ao longo de suas vidas.

Mas a problemática é: Os professores têm se empenhado na aprendizagem da educação infantil para desenvolver um trabalho de qualidade? Qual a importância da aprendizagem no contexto da educação infantil?

O principal objetivo desse trabalho é mostrar a relevância do desenvolvimento integral das crianças, ou seja, não apenas o cognitivo, mas também o físico e o socioemocional. Explicitar intenções educativas e estabelecer capacidades que as crianças poderão desenvolver como consequência de ações intencionais do professor, apresentar alguns dos direitos da criança, e os principais enfoques da BNCC, LDB, RCNEI, além da história da educação infantil, abordando a importância da educação na aprendizagem infantil, proporcionando os recursos e as metodologias necessárias para a estimulação das crianças na sua aprendizagem e formação necessária.

Para a realização desse trabalho de cunho teórico, acerca da aprendizagem dentro do contexto da educação infantil, como princípio educativo, acerca da

temática abordada utilizou-se a pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa descritiva, pois tem como objetivo identificar a importância de valorização da aprendizagem na educação infantil.

Este estudo teve como enfoque analisar e descrever a história da educação infantil, algumas leis e direitos da criança na educação, e a relevância do ensino aprendizado na infância. Os dados coletados para os resultados foram registrados por meio de análises e reflexões de teóricos renomados e pesquisadores do tema, além das leis e direitos citados nas Diretrizes Curriculares, BNCC, LDB e RCNEI.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 HISTÓRIAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ao deparar com quadros do século XI, é possível perceber que o universo infantil nesta época era inexistente. Na idade medieval em uma sociedade tradicional não havia separação entre o mundo dos adultos e o mundo infantil. A criança era considerada um objeto, talvez pela grande taxa de mortalidade da época. (ÁRIES, 1981)

As crianças eram tratadas como adultos em miniaturas, por esse motivo nas artes, podiam-se ver pinturas de crianças sem nenhuma expressão infantil, somente diminuíam o tamanho dos adultos, até porque o traje dessas crianças eram os mesmos dos adultos confeccionados em tamanho menor. (ÁRIES, 1981)

É notória a percepção da infância através das retratações. Por volta do século XII, as crianças eram retratadas como anjos, e em seguida despidas e, ainda crianças muito próximas da religiosidade, ao sagrado, uma vez que na Idade Média, o sagrado e o profano estavam muito próximos. (ÁRIES, 1981)

Por volta dos séculos XVI a XVII, a mulher ao dar à luz, entregava seu filho a uma ama de leite que morava na casa, e sua função era cuidar da criança até por volta dos seis anos de idade. Esta criança somente ficava junto de seus familiares por ocasião das festas que aconteciam na casa. (ÁRIES, 1981)

As crianças até os cinco ou seis anos tinham em casa uma liberdade total, inclusive no que diz respeito à parte moral. (ÁRIES, 1981)

Segundo Áries (1981), o sentimento de família, que emerge assim nos séculos XVI-XVII, é inseparável do sentimento da infância. Portanto é possível perceber que somente nos séculos citados por Áries, que a infância começa a ser valorizada.

> Isso não significava que os pais não amassem seus filhos: eles se ocupavam de suas crianças menos por elas mesmas, pelo apego que lhes tinham, do que pela contribuição que essas crianças podiam trazer à obra comum, ao estabelecimento da família. A família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental. (Áries, 1981, p.231).

A imagem da escola do século XIV, onde ainda não existia uma educação sistematizada é de uma sala de bancos e um mestre que esperava pelos seus clientes – alunos que tinham de 7 a 20 anos. (ÁRIES, 1981)

Áries (1981), afirma que não poderia ser de outra forma, se não havia gradação nos currículos, e os alunos mais velhos haviam repetido mais vezes o que os jovens haviam escutado apenas uma vez, sem que houvesse outras diferenças entre eles? (ÁRIES, 1981, p. 167).

A escola mudou, as salas foram transformadas em institutos de ensino com regras de disciplina e regime autoritário de ensino e de enquadramento da juventude na sociedade. (ÁRIES, 1981)

A educação, assim como a infância, demorou a ter uma conotação importante na sociedade, mas Duby (1990), conta que na Idade Média, os ingleses conservavam as crianças na própria família até os sete ou nove anos e, após encaminhavam os meninos a outras famílias para que lá pudessem servir bem e devidamente os mestres.

Através dessa prática, acreditava-se que a criança adquiria conhecimentos e experiências, além dos valores, dando à educação um sentido mais amplo. Era uma educação passada de geração em geração, não havia lugar para a escola.

De acordo com o pensamento de Áries (1981), podemos dizer que a preocupação era sempre a de fazer dessas crianças pessoas honradas e homens racionais.

Por volta do século XVI, à igreja a civilidade pueril que prega as transformações na educação. Na maioria dos lugares onde a reforma triunfou, os regulamentos, os programas, o emprego do tempo das escolas passam a constituir

objeto de minucioso controle por parte das autoridades eclesiásticas e leigas. (ÁRIES, 1981)

Vê-se também a importância da educação doméstica que seria realizada pelos pais ou confiada a um preceptor e a criança seria enviada para a escola após os sete anos e antes dos doze anos. Na escola, a aprendizagem das normas é objeto de exercícios repetidos: a criança escuta o professor, repete o que ele diz, lê, escreve, recita. É um ritual de repetição e obediência. (ÁRIES, 1981)

Os preceptores ou mestres do século XVII tinham a missão de ensinar as crianças em casa, quando os pais das mesmas não as mandam para a escola. (CHARTIER, 1991)

O sentimento em relação à infância a se esvaecer no século XVIII, dando lugar finalmente a um sentimento de união mais forte entre pais em relação à saúde e à educação dessas crianças.

> A família muda de sentido. Já não é apenas uma unidade econômica, cuja reprodução tudo deve ser sacrificado. Já não é uma prisão para os indivíduos que só podiam encontrar liberdade fora da família, domínio feminino. Tende a tornar-se o que nunca havia sido: lugar de refúgio onde se escapa de olhares de fora, lugar de afetividade, onde se estabelecem relações de sentimento entre o casal e os filhos. Lugar de atenção à infância. (CHARTIER, 1991, p.15).

Foi uma transformação que não aconteceu da noite para o dia, mas que muito contribuiu para a evolução da formação família-escola e consequentemente a valorização da infância. (CHARTIER, 1991)

No século XIX, as mudanças começam a tomar forma, através dos tempos à sociedade passou por transformações culturais, a própria história nos remete a este fato. Os valores da época são outros, emergem outros sentimentos relacionados à infância. (CHARTIER, 1991)

A partir do século XX, as mudanças sociais, econômicas, políticas e comportamentais da sociedade refletem na criação dos filhos. Até então a educação da primeira infância era delegada à mãe. (CHARTIER, 1991)

Com toda a transformação social, a escola demanda uma pedagogia específica, só a família não é mais suficiente neste período da educação. A escola

passa a ser um veículo para o aprendizado da vida em sociedade e não só transferência de conhecimentos. A liberalização da educação familiar faz com que a família juntamente com a escola, tenha um aprendizado da vida em sociedade. (CHARTIER, 1991)

Hoje, a relação escola-família gera outros tipos de relações no que se refere a infância. Passa-se para a escola o sentido de educar e cuidar da criança, o que faz com que os educadores percebam e voltem para atenção à primeira infância, não abrindo mão da riqueza do universo infantil nesta fase, onde o brincar tem seu lugar de destaque para o futuro do aprendizado e para a formação da autonomia e criatividade. (CHARTIER, 1991)

2.2 DIREITOS DE EDUCAÇAO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇAO INFANTI

Considerando os eixos temáticos abordados nas DCNEI (Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Infantil, 2018), documento que trata das interações, experiências e brincadeiras, necessárias para a construção do conhecimento, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular, 2013), desde 2013, tem em suas premissas a educação infantil – obrigatória para crianças entre quatro e cinco anos e 11 meses.

As alterações na BNCC (2003) procuram a partir desses princípios, chegar à conclusão de que, brincando, também é possível educar. Consequentemente, a educação infantil passa a ter um papel importante no período escolar de qualquer cidadão.

Na BNCC (2003), são apresentadas maneiras de organizar as estruturas pedagógicas.

Dessa forma, buscam-se nas práticas, resultados que atinjam as expectativas de aprendizado para o ensino básico. (BNCC, 2003)

Podem-se criar diferentes propostas que afirmem os direitos de aprendizagem. A partir deles, o professor pode explorar brincadeiras que valorizem o aprendizado sem perder o teor de diversão e lazer. (BNCC, 2003)

Por exemplo, se o professor quer ensinar matemática, ele não precisa dizer que está passando continhas de mais, já que ele não pode fazer brincadeiras em

que os alunos simplesmente pratiquem. Desse modo, esse aluno chega à próxima etapa (ensino fundamental) com alguma noção do que será visto de forma teórica. (BNCC, 2003)

É possível criar momentos de contação de histórias, nos quais as crianças terão contato com novos universos e serão estimuladas a ouvir, imaginar e interpretar. É essencial ressaltar que cada um dos campos de experiência da educação infantil deve ser tratado de maneira particular dentro da maneira particular dentro da divisão apresentada pela BNCC (2003), em que as crianças são subdivididas de acordo com a sua idade. São os seguintes:

> O eu, o outro e o nós: O convívio com outras crianças e com adultos leva os pequenos a constituírem um modo apropriado de ação, sentimento, pensamento, descobrindo que há outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista. Ao mesmo tempo, elas constroem sua autonomia e senso de autocuidado, de reciprocidade e de interdependência com o meio.
> Corpo, gestos e movimentos: Estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural. Na Educação Infantil, o corpo ganha centralidade. Assim, é necessário que a instituição escolar promova oportunidades ricas para que os pequenos possam explorar e vivenciar um amplo repertório.
> Traços, sons, cores e formas: O contato com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas no cotidiano da escola, possibilita às crianças, por meio de experiências diversificadas, vivenciar várias formas de expressão e linguagens. Com base nessas experiências, elas se expressam por várias linguagens, criando suas próprias produções artísticas ou culturais; essas experiências contribuem para que, as crianças desenvolvam senso estético e crítico, o conhecimento de si mesmas, dos outros e da realidade que as cerca.
> Escuta, fala pensamento e imaginação: Na educação infantil, é importante promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializando sua participação na cultura oral. Na escuta de histórias, na participação em conversas, nas narrativas e em múltiplas linguagens que a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social. As experiências com a literatura infantil, propostas e mediadas pelo educador contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo. O contato com histórias propicia a familiaridade com livros, com diferentes gêneros literários. Nesse convívio com textos escritos, as crianças vão construindo hipóteses sobre a escrita que se revelam, inicialmente em rabisco.
> Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações: As crianças vivem inseridas em espaços e tempos diferentes, e sempre procuram se situar, souber o que é dia e noite, ontem ou amanhã. Demonstram também curiosidade sobre o mundo físico, como seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas e as transformações da natureza. E o mundo sociocultural, com as relações de parentesco e sociais entre as pessoas que conhece. (BNCC, 2003)

As Diretrizes Curriculares Nacionais (2013) e para a Educação Infantil afirmam os objetivos da Educação Infantil de garantir o direito das crianças:

- Ao acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de saberes e conhecimentos;
- À proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outros meninos e meninas.

A concepção da educação de crianças explicitada nas DCNEI (2013) rompe, assim, com dois modos de educação: o assistencialista e o escolarizante, que durante muito tempo predominaram em creches e escolas brasileiras.

A organização curricular com base nos direitos das crianças é um grande para reconhecê-las, não como objeto, mas como sujeito de direitos. (BNCC, 2003)

Assim, assiste-se nos últimos anos a uma mudança na concepção de educação, do papel da educação infantil e das representações das crianças pequenas na sociedade. (WALLON, 2005)

Henri Wallon (2005) nos convida a valorizar os conflitos entre as crianças, e mesmo entre as crianças, e mesmo entre crianças e suas professoras e seus professores como situações que devem ser evitadas, mas encaradas e reconhecidas como potencialmente, promotoras de boas oportunidades para exercitar a alteridade, colocar-se no lugar do outro, aprender a viver em grupo.

A educação e o cuidado na primeira infância vêm sendo tratados como assuntos prioritários de governo, organismos internacionais e organizações da sociedade civil, por um número crescente de países em todo o mundo. No Brasil, a educação infantil – isto é, o atendimento a crianças de zero a seis anos em creches e pré-escolas – é um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988. A partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, a Educação Infantil passa a ser definida como a primeira etapa da Educação Básica. (LDB, 1996)

Nesse sentido, várias pesquisas realizadas nos anos de 1980, já mostravam que os seis primeiros anos de vida são fundamentais para o desenvolvimento humano, e a formação da inteligência e da personalidade, entretanto, até 1988, a

criança brasileira com menos de sete anos de idade não tinha direito à educação. (CF, 1988)

A primeira infância é tratada como um assunto prioritário por parte dos governos Federal, Estadual e Municipal, bem como pelas organizações da sociedade civil, por um número crescente de profissionais da área pedagógica e de outras áreas do conhecimento, que veem na educação infantil uma verdadeira ponte para a formação integral do cidadão. (LDB, 1996)

A educação inicial da criança se dá na família, e também na comunidade, e com o advento do trabalho feminino cada vez mais cedo, nas escolas. (LDB, 1996)

Por isso, as instituições de Educação Infantil tornam-se mais necessárias, tendo caráter complementar à educação recebida na família. (LDB, 1996)

Esse princípio, afirmado tanto na Constituição Federal, quanto na LDB, consta do mais importante documento internacional de educação do século XX, a Declaração Mundial de Educação para Todos (UNICEF, 1990).

Um momento precioso é o período de adaptação da criança, fase fundamental para a troca de conhecimentos entre pais e escola, e para a construção de laços de confiança entre elas. (UNICEF, 1990)

Segundo o Programa Nacional de Educação, PNE (2001), a articulação com a família visa, mais do que qualquer outra coisa, ao mútuo conhecimento de processos de educação, valores, expectativas, de tal maneira que a educação familiar e a escola se complementem e enriqueçam, produzindo aprendizagens coerentes, mais amplas e profundas. O resultado dessa troca produz efeitos sobre a autoestima da criança e no seu desenvolvimento.

O RCNEI (Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil, 1998) é composto de temas agrupados em três volumes. O primeiro traz reflexões sobre as creches e pré-escolas brasileiras, a infância e a profissionalização dos educadores. O segundo trata dos processos de construção da identidade e autonomia das crianças. O terceiro traz textos sobre os eixos e temas que podem ser trabalhados na Educação Infantil.

O Referencial, coerente com as definições da LDB, reforça que as creches não devem ser simplesmente espaços de cuidados com a criança e que as pré-

escolas não se limitem a preparar para a alfabetização. Ao contrário, cuidado e aprendizado devem estar integrados desde o início. E sugere que o trabalho seja articulado em três eixos: a brincadeira, o movimento e as relações afetivas que as crianças desenvolvem. Por meio desses três eixos, as propostas pedagógicas podem lidar com cinco áreas diferentes: artes visuais, conhecimento do mundo, língua escrita oral, matemática e música. Há ainda, no Referencial proposta sobre o número adequado de crianças por educador, em cada faixa etária, além de sugestões sobre o relacionamento da escola com as famílias, integrando-as ao cotidiano e ao trabalho da instituição. (RCNEI, 1998)

2.3 A PRATICA DO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DA EDUCAÇAO INFANTIL

Para compreender o processo de desenvolvimento infantil é importante fazer uma distinção entre crescimento e desenvolvimento. O crescimento está ligado nos atributos que podem ser medidos e quantificados como o peso ou a altura. O crescimento é em síntese, aquilo que se pode medir no desenvolvimento, em alguns casos é o que permite a avaliação desse desenvolvimento. (VYGOTSKY, 1989)

O tema desenvolvimento é mais abrangente, se refere aos avanços que o ser humano empreende ao passar por determinadas experiências reagindo a elas e consequentemente modificando-se. O desenvolvimento trata-se de um processo único em que os avanços ou ganhos de uma fase influem decididamente nos posteriores. (VYGOTSKY, 1989)

Em cada ato ou atividade da criança é percebida a existência dos diferentes aspectos que formam sua personalidade. Para a compreensão da aprendizagem e desenvolvimento dos sujeitos, partimos dos estudos de Vygotsky (1984), baseando-se nos pressupostos da Teoria Histórico Cultural. Vygotsky (1984), ao longo da sua trajetória de estudos buscou compreender a origem e o desenvolvimento do homem, principalmente com relação ao desenvolvimento dos processos psicológicos, e da história individual.

Afirmava que o desenvolvimento e a aprendizagem caminham juntos e se relacionam, pois a constituição do sujeito é um movimento dialético entre ambas as concepções. (VYGOTSKY, 1984)

A teoria histórica cultural parte do pressuposto que os sujeitos se desenvolvem por meios das interações nos processos de mudanças e transformações que ocorrem no meio em que vivem. O desenvolvimento também está inserido nas práticas culturais e educativas, ambas levam consigo o processo de aprendizagem e as experiências dos sujeitos. Vygotsky buscou interpretar e ter como objeto de investigação do desenvolvimento, a área da espécie, dos grupos culturais e dos indivíduos em seus estudos fez algumas reflexões sobre vários aspectos da aprendizagem e do desenvolvimento. (VYGOTSKY, 1984)

O aprendizado é o que promove o despertar dos processos internos do desenvolvimento, que se faz importante no contato com os indivíduos. A relação entre os indivíduos e importância das trocas sociais é muito enfatizada por Vygotsky, então ele formulou um conceito de zona do desenvolvimento proximal buscando esclarecer melhor as relações de inter-relação. A zona de desenvolvimento proximal define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão presentemente em estado embrionário. (VYGOTSKY, 1984, p.97).

Ou seja, a zona de desenvolvimento proximal é o percurso que o sujeito terá de percorrer para desenvolver as funções que estão m amadurecimento (desenvolvimento potencial) e que posteriormente serão funções consolidadas (desenvolvimento real). (VYGOTSKY, 1984)

2.4 A LUDICIDADE NA PROMOÇAO DA APRENDIZAGEM

A ludicidade está presente diariamente nas salas de Educação Infantil, os jogos e as brincadeiras se tornaram parte fundamental parte fundamental e essencial para a infância, sendo um direito adquirido, mas nem todas as crianças tem acesso. Ser criança pressupõe-se uma fase para brincadeiras, descobertas do mundo e aprendizagem para o desenvolvimento alicerçada à segurança, à alimentação de qualidade, à educação e à saúde. (HUIZINGA, 1996)

A presença da ludicidade na história humana é constante, desde que existimos somos seres lúdicos. Ainda, como afirma Huizinga (1996), ¨seria mais ou menos óbvio, mas também um pouco fácil, considerar ¨jogo¨, toda e qualquer

atividade humana ¨, ou seja, a ludicidade faz parte da história do homem, sendo constituinte de sua identidade, história e cultura.

Os jogos, e as brincadeiras fazem parte história do homem desde seus primórdios. Estudar a história humana é, também, um estudo da ludicidade. Os jogos e as brincadeiras não são inatos ao ser humano e assim desenvolvido entre eles.

> A criança está inserida, desde o seu nascimento, num contexto social e seus comportamentos estão impregnados por essa imersão inevitável. Não existe na criança uma brincadeira natural. É preciso partir dos elementos que ela vai encontrar em seu ambiente imediato, em parte estruturado por seu meio, para se adaptar às suas capacidades. A brincadeira pressupõe uma aprendizagem social. Aprende-se a brincar. A brincadeira não é inata, pelo menos nas formas que ela adquire junto ao homem. A criança pequena é iniciada na brincadeira por pessoas que cuidem dela, particularmente sua mãe. (BROUGÉRE, 2010, p.104).

A ludicidade é a forma de a criança aprender e se desenvolver e de se apropriar da cultura que acerca de forma prazerosa, para que desperte o seu interesse. A ludicidade não se restringe apenas aos jogos e as brincadeiras da infância, mas toda atividade livre que proporcione momentos de prazer acompanhado de aprendizagem, para que ela tenha a oportunidade de socializar com seus pares, uma vez que, as atividades lúdicas mexem tanto com o físico, quanto com o emocional da criança, movimento e sentimentos caminham juntos. (BROUGERE, 2010)

CONCLUSÃO

É notório que o desenvolvimento infantil requer um olhar sensível e permanente do professor para compreender as crianças e responder adequadamente à demanda de cada uma delas. Percebe-se atualmente que as propostas pedagógicas para o desenvolvimento e aprendizagem da criança, baseiam-se nos jogos e nas brincadeiras, porém o modo é trabalhado ou compreendido pelos professores, não tem promovido um desenvolvimento eficaz por parte das crianças, isso precisa ser revisado.

Assim, conclui-se que a ludicidade é relevante na educação para a infância por proporcionar momentos de socialização entre as crianças, pois se relacionam com o meio social e cultural, a partir dos jogos e das brincadeiras eles se apropriam

das regras sociais, se relacionam com instrumentos e signos que medeiam à aprendizagem para o seu desenvolvimento.

A ludicidade permite que a criança tenha voz na escolha das atividades que deseja fazer, tornando-a mais prazerosa e significativa, porém na escola cabe ao professor acompanhá-las e motivá-las. É imprescindível que a escola faça cumprir sua função pedagógica no desenvolvimento de ensino aprendizagem dentro do contexto da aprendizagem infantil conforme a legislação.

Todos devem assumir uma postura crítica e reflexiva diante das mudanças desafiadoras que permeiam a transição da educação infantil para o ensino fundamental. A aprendizagem se dá ao longo de um processo onde cada aluno tem seu ritmo próprio, mas se forem dadas s condições adequadas de ensino, é provável que ele aconteça de uma forma bem mais agradável.

Acredita-se que a competência do professor, seu envolvimento com o trabalho, sua atitude encorajadora, sua ousadia e a confiança em seus alunos pesam muito para o desenvolvimento eficaz na primeira infância e principalmente no momento de transição da criança da educação infantil para a criança do ensino fundamental. O sucesso exige a transformação da escola onde a família possa ser parceira e onde haja um ambiente rico em estímulos que provoquem atos de promoção fornecendo elementos que desafiem o sujeito a pensar e viver um aprender, interagindo cada vez mais como participante ativo no processo ensino aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ARIÉS, P. **História social da infância e Família.** Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1981.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC/2017.

BRASIL. **Constituição da República do Brasil.** Brasília, 1988.

BRASIL. **DIRETRIZ CURRICULAR NACIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL.** Brasília: MEC/ 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: MEC/2017.

BRASIL. **Plano Nacional da Educação.** Brasília: MEC/2001.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação.** Estud.av., São Paulo, v.5,n.11, abril, 1991.

DUBY, Georges e ARIES, Philippe. **História da vida privada- da Europa feudal à Renascença.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens.** 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996, 236p.

PIAGET, J. **O juízo moral na criança.** Tradução Elzon L. 2. ed. São Paulo: Summus, 1994.

UNICEF, BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos.** Jontien, Tailândia: 05 a 09 de março, 1990.

VYGOTSKY, L.S.A. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1984.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.